

SÍNTESE DO TEMPO E O TEMPO EM SANTO AGOSTINHO*

Marlon Leal Rodrigues**

Resumo:

Este estudo analisa filosoficamente o tempo na obra de Santo Agostinho. Foi feita uma síntese de diferentes conceitos de tempo e o “tempo” em Santo Agostinho. Azcona defende Agostinho com o objetivo de explicar a origem do pensamento agostiniano. Lacey defende Agostinho à luz da lógica.

Palavras-chaves

Espaço; movimento; percepção; Santo Agostinho; tempo.

Abstract

This study emphasizes philosophically the time in Agostin's work. It'll be presented a synthesis of different time concepts, and “the time” in Saint Agostin. Azcona defends Agostin in order to explain his thoughts origins, Lacey defends Agostin throug a logical light.

Key words

Space; moviment; perception: Saint Agostini; time.

* Artigo apresentado como comunicação no Simpósio de Filosofia da UNESP de Marília-SP, em 1999.

** UFMS / UNEMAT.

Introdução

A definição de tempo no curso do desenvolvimento da humanidade tem forjado inúmeras investigações de cunho filosófico, religioso e científico nas mais variadas áreas do conhecimento – física, matemática, biologia, teologia, literatura, lingüística etc. Contudo, em relação às definições no âmbito geral das diversas áreas, umas têm maior aceitabilidade, outras têm menor e outras, ainda, têm sido refutadas por completo. A controvérsia a respeito do tempo atende aos diversos princípios metodológicos, filosóficos que servem de arcabouço às propostas de definição – os princípios filosóficos e metodológicos atendem a uma *ânsia ideológica*¹ particular.

Definir o tempo por si só é impossível e, diante de tal impossibilidade, filósofos, cientistas e pesquisadores buscam compreender outros fenômenos – espaço, medida, movimento, percepção – ligados ao tempo, para fazer uma abordagem mais ampla e precisa na busca pela definição.

Diante desta explanação, introdutória, cumpre revelar a proposta de trabalho ou de investigação. Na primeira parte, serão citados alguns autores e suas devidas concepções, sem entrever a problemática conceitual. Já na segunda, será discorrido a respeito da concepção em Santo Agostinho, procurando elaborar uma síntese, considerando fatores objetivos e subjetivos.

A proposta é apenas embrionária, considerando a dimensão do tema e a importância de Santo Agostinho, quer como filósofo, quer como religioso no anseio pela verdade, mas certamente apresentará contribuições ou suscitará questionamentos ou ainda reflexões.

1. Noções preliminares a do tempo

A definição de tempo não é exclusivamente de filósofos e cientistas; o homem percebe-a, utiliza-a, vivencia-a no seu cotidiano, faz uso dela e ainda sente a sua pressão, suas marcas, com maior ou

menor resignação; e, para o uso elementar, o dicionário é fonte mais do que obrigatória à compreensão do senso comum:

“Tempo: (do latim Tempu-) s.m. Duração das coisas sujeitas a mudança.// Parte dessa duração.// Época durante a qual vive alguma pessoa, ou sucede alguma coisa.// ... Proporção de espaço, livre de outros mistérios.// Cada um dos atos em que se divide a execução de uma coisa.// Gram. Época relativa em que se divide a ação do verbo.// Música. Cada uma das partes de igual duração em que se divide o compasso//..” (Grollier, 1970:808).

A palavra *tempo* já era utilizada pelos romanos Ovídio, Cícero, Lívio, praticamente como é concebida hoje (Saraiva, 1993:1187). Contudo, outro termo, também do latim, é *espaço* (lat. *spatium*), noção muito pertinente. Em latim, possuía uma abrangência muito grande, o que não ocorria no grego e demais línguas. São Tomás de Aquino usou a palavra com vários significados e não a definiu; Demócrito deixou uma doutrina sobre o espaço; Aristóteles usou inúmeros termos, sendo impossível falar em doutrina. No entanto, a noção de espaço foi dividida em três conceitos por Selvaggi (1988:227-31):

“O espaço matemático é o objeto próprio da geometria e em seguida das outras ciências mais abstratas dela derivadas... é um conceito no segundo grau de abstração, a extensão real e da relação com o mundo físico. O espaço imaginário é na imaginação ou fantasia, o análogo que é o espaço visual... Não é finito e limitado como os dos sentidos. O espaço absoluto é concebido e afirmado pela inteligência como uma realidade extensa, homogênea e infinita, existente em si e por si independente de todos os corpos particulares... O espaço absoluto é concebido pela inteligência como ente... O espaço é chamado absoluto porque é independente (ab-solutum) dos corpos particulares...”

Além da noção de espaço, são necessárias outras, como as de *movimento e percepção*. A primeira teve sua realidade negada por Parmênides com a teoria da imobilidade e, posteriormente, por Demócrito, afirmando a existência do ente na multiplicidade que torna o movimento possível e real. Ainda outro filósofo grego, Zenão, pretendeu confirmar a tese de Parmênides através das quatro teorias:

a dicotomia, Aquiles, a flecha, o estádio; mas estas não resistiram às afirmações de Demócrito. Posteriormente, segundo Aristóteles, depois do primeiro motor imóvel, o movimento passa a ser considerado como a passagem da potência ao ato e o ato se torna potência e a potência, passando a ato e assim sucessivamente num jogo dialético *ad infinitum*, com as devidas ocorrências ou não. O movimento enquanto ente se materializa como forma ou como substância em um determinado espaço e tempo, sem os quais seria impossível a concepção de movimento sem forma, sem substância, solta no espaço “vazio”. Sem dúvida, o movimento é a mais perceptível experiência humana ou do ser no mundo, se comparado com as noções preliminares a do tempo. A noção de percepção, a segunda, depende das relações e condições do ser no mundo, das experiências significativas que configuram a possibilidade do conhecimento, quer intuitivo, quer pragmático, a partir da tomada de consciência, que prescinde a existência do ser e suas múltiplas realizações.

Outras noções pertinentes poderiam ser discutidas, como matéria, sensação, medida; contudo a exposição é suficiente para o propósito, uma vez que a experiência do ser no mundo consegue, com maior ou menor intensidade, fazer perceber as noções acima citadas. É no senso comum que se instala a maior pressão da concepção de tempo, pois esta funciona como um “aliado” ou “inimigo” durante a experiência do ser no mundo, onde a contingência do tempo se impõe de forma ordinária, ditando ritmo, velocidade, impondo conduta de relacionamento diante de um mundo tão vasto, repleto de possibilidades de experiências para serem vividas. Ocorre, porém, que o momento histórico ou fase atual do sistema político, social, econômico (capitalismo) imprime valores como “tempo é dinheiro”, “tempo é relativo”, “tempo é questão de organização” e lança o homem numa escravidão cronológica: para a maioria, com tempo breve de existência; para a minoria, os prazeres de sentir o tempo de outra forma, tempo complacente.

A filosofia ocidental, segundo Reali e Antiseri (1990), floresceu na Grécia porque a concepção de *ócio ou ociosidade* não era a mesma hoje; a concepção grega de *ócio* foi aquela segundo a qual a pessoa – cidadão² - deveria dedicar-se ao ócio para refletir sobre as

coisas da natureza e do mundo, dedicar-se aos estudos. Com isto, os gregos deixaram para o mundo ocidental o legado filosófico. Em síntese, a maioria trabalhava e uma minoria se dedicava ao pensar; a questão do tempo foi condição *sine que non* para o pensamento ocidental.

Se por questão sócio-histórica o tempo livre pertencia apenas a uma pequena parcela da sociedade, o espaço foi – nas mais variadas concepções – vasto para o ser realizar sua “aventura terrestre” e dela colher a vivência do mundo, vivência concreta, objetiva, subjetiva e conflituosa. O espaço também exercia pressão sobre o ser de forma diferenciada (socialmente). E assim como o espaço, o tempo é percebido de diversas formas: pode passar despercebido e sem grandes implicações; o espaço pode ser relativo como o tempo, circunstancial, até mesmo pacífico, sem conflito interno e externo ao ser. O espaço, em toda sua dimensão, é a morada do ser, onde se materializa a existência no plano físico e metafísico, e é impossível conceber a existência e até mesmo a realidade fora de qualquer espaço.

Assim como a morada do ser é o espaço, o espaço em toda abrangência, não se concebe a existência de espaço fora de tempo que é implacável, presente em todo ente existencial. Basta existir para que o tempo se apodere do ser, e isto representa parte do que disse o poeta Rodrigues (1985:13): “*o tempo não pára, e prossegue, mas sente*”, diga-se: o ser é quem sente a ação do tempo suave ou bruta dentro do espaço. A respeito desta ação, a noção de movimento é de considerável pertinência, porque ela passa obrigatoriamente pela existência espaço-temporal onde tudo existe. Mesmo com a impressão “firme” da imutabilidade de Parmênides, nada está imóvel dentro de si mesmo, desde o movimento da expansão das galáxias até a “eterna dança dos átomos, prótons, etc”. Isto explicitado, quanto mais distante do objeto, menos se percebe o movimento; quanto mais perto, mais se percebe o seu movimento ainda que muito lento, ainda que praticamente imperceptível. O movimento depende da existência, ocupa lugar no espaço e está sujeito imperativamente ao tempo caminhando *ad infinitum*.

O movimento está relacionado de maneira *íntima* com a existência e experiência do ser no mundo. Do movimento enquanto lingua-

gem oral ou as mais variadas formas: enquanto linguagem gestual, do corpo, da dança, do cotidiano, no fazer e viver das coisas, linguagem enquanto simbologia, traço cultural³. Pensemos no movimento, no “bailado” das árvores quando o vento “roça-lhes” o corpo, o movimento das águas, o ritual de acasalamento dos animais, o movimento que gera movimento, ação e reação, causa e conseqüência, carregadas de formas e substância. Por conseguinte, o movimento é, e com ele a existência se apresenta – porque o movimento requer uma forma e esta, por sua vez, uma substância que ocupa lugar no espaço-temporal.

Além das noções de espaço e movimento, relacionadas à do tempo, a noção de percepção está intrinsecamente envolta em aspectos objetivos e subjetivos do ser na perspectiva de conhecer, de entender a realidade e as experiências de estar no mundo e de ser no mundo: experiências de caráter metafísico ou físico; e a percepção depende do movimento residente em um determinado espaço temporal.

Assim, nada existe de maneira absoluta fora do tempo, mesmo que seja no campo da imaginação, fantasia ou pensamento, e, por conseguinte, o espaço é um ente real da inteligência e razão desde os primórdios de toda existência, surgindo contiguamente espaço-tempo-movimento-matéria. Estes, por sua vez, estão em mutação contínua, contrariando, desta forma, Parmênides, que considerava tudo imóvel e incriado; mas toda matéria objetiva e subjetiva existe primordialmente no espaço que, conseqüentemente, desencadeia outros entes contíguos.

Desde a Antigüidade Clássica, muitos pensadores e cientistas deram suas contribuições para a compreensão do fenômeno tempo e, logo de início, constataram que o tempo por si só não se define, de modo que seria necessário o entendimento de outros fenômenos contíguos para servir de suporte e assim ampliar o conhecimento dos diversos aspectos do tempo para o entendimento de sua totalidade, quer física, quer metafísica.

O ser pode apenas constatar, medir o tempo nas suas variadas formas e modalidades, contudo torna-se difícil investigar seu início e um possível fim. *A priori*, tanto a filosofia, quanto a ciência e a religião se mostram incapazes de responder a todas as questões suscitadas, só

podendo investigar o tempo “registrado” e criar hipóteses a partir de dados sobre o tempo futuro (o que virá, para onde caminha o tempo).

Estas noções – espaço, movimento, percepção e tempo, no senso comum – são breves referenciais necessários, em certo sentido, para abordar o tempo de forma mais ampla dentro da proposta de trabalho.

2. Conceito de tempo

A definição de tempo perpassa a reflexão humana desde a Antigüidade Clássica, com os primeiros filósofos que, “dedicados ao ócio” e à investigação a respeito do tempo, fizeram suas primeiras incursões. Estas, por sua vez, embora se tenham apresentado como fatos óbvios não o são, conforme se pôde verificar no item anterior, em que foram apresentadas referências à compreensão da noção de tempo.

Antes de se dedicar à tarefa de discorrer sinteticamente sobre o título deste trabalho, é necessário, de alguma forma, discorrer algumas linhas sobre a Teoria do Conhecimento, a partir da crítica da Razão Pura de Kant (1724-1804).

“Diante do objeto de investigação, a Teoria do Conhecimento indaga se se pode ter o conhecimento exato do mundo e da realidade circundante”. A experiência baseada no “senso comum” (Chauí, 1997:248-49) irá responder afirmativamente, mas não é esta a resposta dos pesquisadores e filósofos que trabalham com a reflexão crítica através de análises sistemáticas e suas relações com a verdade e os conceitos formulados das coisas do mundo. A Teoria do Conhecimento, antes de lançar a pergunta “o que é”, pergunta se se pode conhecer.

A partir da trajetória até aqui, o que é tempo? Quais são suas características? Se é que se pode ao menos lançar tais perguntas. É importante subverter um pouco a questão com a seguinte pergunta: quando foi o início do tempo? Esta pergunta merece uma tese e não é o propósito, mas três respostas segundo Ray (1993:268-270) são consideráveis:

“1. ... A questão não faz sentido já que o espaço-tempo começou na singularidade inicial, a idéia de tempo antes da singularidade não faz sentido nenhum. Todo o tempo está, por definição contida em um espaço-tempo que está deste lado da definição da singularidade... o que há é espaço-tempo, e as idéias de um tempo anterior ou de espaço além não fazem ao menos sentido. 2. Entretanto, podemos argumentar que não houve nenhuma singularidade inicial genuína, que a rápida expansão do universo deu-se imediatamente após um grande colapso, e que o universo ‘saltou’ do colapso para a expansão quando algum volume mínimo foi alcançado. O que aconteceu antes do Big-Bang seria então uma questão inteligível... 3. Podemos também aceitar a idéia de expansão global mas negar que houve qualquer estado inicial altamente comprimido, a teoria do estado estável, que era popular até a descoberta do forno de microondas, pede que aceitemos um universo em que a matéria esteja sendo criada continuamente por todo universo, de modo aceitável e uniforme... A idéia de um primeiro momento no tempo traz consigo, para alguns, a sugestão da criação. Logo uma visão alternativa do universo, excluindo esse primeiro momento, pode conter a vantagem da noção supor a criação e, portanto, um criador...”

A questão do tempo envolve muito mais do que reflexão filosófica; envolve física, geometria etc., porém estas referências servem apenas para mostrar o quanto é complexo o tempo. Na tentativa de vislumbrar uma definição, o filósofo grego Aristóteles recorre ao “movimento”, à “alma”, “ao antes e depois”, “a quilo que foi numerado ou é inumerável”, além do conceito de ato e potência, para a definição de tempo. A definição do Estagerita está relacionada com a de tempo e de infinito. Não é difícil observar o quanto é inviável a definição de tempo por si só.

Espinosa (1993:12) concebe o tempo como “*um ente em razão... Um modo de pensar que serve para explicar a duração... Que é um atributo da existência*”, mas Heidegger⁴ já afirma que o tempo se forma apenas como ser aqui, humano, histórico. Outro filósofo, Askin (1969:78), concebe o tempo como matéria que está desvinculada da consciência e, aquela, baseada na objetividade da

existência. Contudo, a noção de tempo necessita de outros conceitos como o de matéria, e é possível separar alguns usos, de acordo com Selvaggi (1998): a) tempo sensorial que tem origem na consciência, nas sensações internas e externas, visivas, táteis, auditivas; percebe os movimentos, sentimentos, avalia-lhe a duração, o fluxo contínuo passado, presente e futuro, unificando-os na consciência, além de medir o ritmo; b) tempo físico, que é percebido pela consciência através das sensações externas, duração, sucessão dos objetivos em movimento circundantes do mundo; c) tempo absoluto, que é concebido de forma (*ab-solutum*) independente das realizações psíquicas e físicas; d) a medida do tempo, que é a medida do movimento e este também é medido pelo movimento por unidades como segundos, minutos, dia, etc, usando também outros movimentos; e) a realidade do tempo, que “*é um número real objetivamente escondido na própria realidade do movimento...*”

3. Síntese do tempo e o tempo em Santo Agostinho

“Que fazia Deus antes de criar o céu e a terra? Deus preparava o inferno para aqueles que perscrutassem estes profundos mistérios. Aquilo que não sei não sei. Antes de criar o céu e a terra Deus não fazia nada (...) O que é o tempo? Se ninguém me perguntar, eu sei; porém, se quero explicá-lo a quem me pergunta, então não sei...” (Confissões, 1984:315-318).

O tempo em Santo Agostinho é a tentativa de compreender fatos objetivos e filosóficos à luz do cristianismo da época; é a união da filosofia grega como a religião cristã, perto do fim do Império Romano, quando certas questões exigiam uma resposta cristã. Agostinho, em *Confissões* (397-398 d.C.), emprega esforço intelectual e teológico na formulação do conceito de tempo. Invocando a Deus, a Divina inspiração, o saber filosófico pela razão, vai buscar compreender o tempo elaborando dez proposições:

“O tempo é uma sucessão de movimentos que são estáveis, que têm como referencial ou ponto de partida o fato presente que, passando, vira passado com reminiscências na memória, e, por

fim, o futuro, que é a idéia de algo presente com perspectivas de projeção de algo que pode vir a ser, mas que não existe de fato. O tempo é o transcorrer dos movimentos que irão acontecer e daqueles que já passaram, tendo o presente como referência.

O tempo foi criado por Deus, que é o autor e Criador ao mesmo tempo, e seu início - do tempo - se deu simultaneamente com a criação, antes da qual só existia a eternidade em Deus; eternidade esta que é o eterno presente. O início do tempo ou dos séculos deu-se com a criação.

A medição do tempo é impossível em decorrência da impossibilidade de se dividir o tempo em partes e fragmentar a ação do passado, presente e futuro, pois apenas sente-se o transcorrer da ação através das ações e extensões dos fatos e é por estas ações e extensões do tempo que se pode verificar o tempo em seu curso.

A extensão favorece alguns aspectos em relação à medida do tempo, e nesta idéia de extensão mede-se o tempo em seus aspectos materiais, do mesmo modo que se mede um poema, uma música, uma sílaba, um pedaço de madeira etc, como referência de uma coisa em relação a outra, mas não se pode medir o tempo utilizando o próprio tempo, uma vez que a extensão pode ser longa ou breve, em virtude dessa tripartição.

De outro ângulo, analisando o som, diz-se que a medida do tempo é realizada em nossa mente quando se tem um corpo que soa, refletindo-se na própria mente, de forma contínua ou intercalada, com maior ou menor duração. A medição se realiza desde o início até o término da última vibração, ainda no ato presente, desta forma, excluindo o futuro, que não se realizou, não existindo, e o passado, que ficou apenas na memória.

O tempo não é um movimento dos astros. O tempo não é um simples movimento dos astros como o sol, a lua, as estrelas, porque, se assim fosse, ele seria finito, ao passo que, se os astros não completassem sua trajetória ou deixassem de existir por alguma fatalidade, não deixariam o tempo de continuar. Os astros estão sujeitos ao tempo e não o contrário.

O tempo presente só existe no ato em que este transcorre, e de forma breve ou longa porque a atuação não pode ter longevidade, senão irá além do ato presente vivido para não se constituir

em outra modalidade de tempo – assim de forma imprópria. O presente é o único tempo de fé que existe por ser ‘aqui e agora’ e é indivisível em sua existência; indivisível enquanto atuação no momento em que se materializa no ato da existência.

*O tempo futuro não é nem longo, nem breve, já que não pode caracterizar aquilo que não existe e se se diz tempo futuro é somente de forma imprópria. Mas o fato merece maior explicação. O futuro, também indivisível, é retirado da experiência presente, da realidade, da percepção das coisas que são transformadas em expectativas de tempo presente; à medida que as expectativas vão vindo do **futuro** e materializando-se, consumindo-se, deixam de ser futuro e assumem o estado de ato ou tempo presente, que são futuros enquanto estão na expectativa de acontecerem. É neste ponto que reside sua existência.*

O tempo passado é chamado assim de forma imprópria, porque também não existe enquanto fato real e é impossível falar de algo inexistente e caracterizá-lo em si; mas ainda assim é possível depreender algum esforço e falar do passado de forma dependente. À medida que a expectativa de tempo futuro se transforma em presente atual e este, como tem existência curta, deixa de existir como fato presente, neste ponto tem-se o passado, não como tempo real e existente, mas como reminiscência de algo que não é o presente, e sim fragmentos, impressões transcorridas de forma rápida que ficam na memória e só através dela se pode falar em passado – ainda que de forma indevida – como tempo.

Passado, presente, futuro. Numa conceituação geral e considerando a existência apenas do presente e os outros dois – passado e futuro – de forma inadequada, cabe conceituá-los, guardando as devidas proporções, como passado e futuro. 1. Passado é o presente dos fatos passados guardados no espírito, na memória, pelas impressões deixadas; 2. Presente é o fato presente que é a visão direta; 3. Futuro é a expectativa de algo que vai acontecer. Apesar das diversas considerações, pode-se falar em três tempos existentes.

A eternidade está fora do tempo, uma vez que as coisas não acontecem sucessivamente como o tempo. Na eternidade os movimentos são eternos em seus atos e não passaram por es-

tarem em Deus, pai de todas as coisas e Criador.

O tempo, sendo criatura de Deus, é finito, cessando só na eternidade onde os movimentos eternizam-se e o movimento é o retorno da criatura ao criador.”

Antes do Tempo e da Criação não existia nada, a não ser Deus, criador de tudo, do céu e da terra, e por um ato Deus criou todas as coisas viventes e o tempo, e estas passaram a existir contigüamente com o tempo. Ambas foram criadas simultaneamente: tudo passou a existir a partir deste momento e, por conseguinte, todas as coisas estão sujeitas ao tempo – menos o Criador e a Eternidade. Desta forma, não se concebe a existência de nada fora do tempo. Neste ponto reside uma questão importante: “*O que fazia Deus antes de criar o céu e a terra?*”. Para tal indagação têm-se as seguintes possibilidades; 1. “*Antes de criar o céu e a terra, Deus não fazia nada*”. 2. “*Deus preparava o inferno para aqueles que perscrutassem deste profundos mistérios*”. 3. “*Aquilo que não sei, não sei*”.

4. Santo Agostinho por Azcona

No “Simpósio de Estudo sobre o Pensamento Ecoteológico de Santo Agostinho”, D. José Luiz Azcona discorreu sobre “A importância da natureza como lugar de ação de Deus”, abordando o tempo em Santo Agostinho e afirmou que Deus criou o tempo e a natureza em determinado espaço – a terra – e o tempo continuamente.

A doutrina cíclica – de Agostinho – refutada pela cristã supre a matéria independente de Deus, enquanto o cristianismo vê a origem das coisas em um “ato livre” de Deus, negando, nesta visão – cíclica - a sabedoria infinita. Contudo, Agostinho tem uma visão clara e objetiva a respeito do tempo que teve um início, “um termo médio”, e terá um final, sintetizado como atos de criação – o início – retenção dos homens - ato de fé – e o juízo final, quando a criatura retorna a Deus e, assim, afirma a criação do tempo e do mundo como coisas juntas e inseparáveis: uma não existiria sem a outra.

O eterno contínuo do tempo prende a humanidade como fato conseqüente e resultado de um passado caminhando para o presente e indo para o futuro de forma simplista e histórica, que não se pode aceitar, porque a história é a identidade do ser situado em tempo e espaço, de onde se promove a identidade do ser situado em um tempo e espaço, refutando assim a idéia criacionista. No entanto, tem-se hoje duas visões acerca do tempo: a primeira é a de Agostinho, que diz ser o tempo limitado culminando em Deus; e a segunda, de cunho dionisíaco, de Nietzsche, para quem o tempo não terá fim e por isso, é infinito. Nietzsche é o anunciador da morte de Deus, restando para os homens o tempo infinito, histórico e mutante porque desprende o tempo de Deus; o tempo que não tem início nem fim.

O tempo cristão envolve o homem deixando-o preso, sufocando-o sempre na preparação de um fim, desfecho, sem o final dos tempos, quando a humanidade estará livre para resolver seus problemas.

Agostinho inicia a antítese entre o tempo e a eternidade da perspectiva de conhecer o ser em Parmênides, Deus só pode conhecer o tempo através do homem porque Deus está na eternidade. O impulso de conhecer a Deus está no ponto de partida, Deus, quando o homem separou-se de Deus Criador, embora tenha o infinito desejo de voltar a Deus, que será o final dos tempos com o juízo final. Para Agostinho, o tempo e a eternidade são duas coisas distintas da realidade e ainda incompatíveis. Uma é fixa e a outra é feita de movimentos de futuro para o passado, tendo o presente como referência. O tempo é o presente enquanto não ato premeditado.

Já em Aristóteles, o tempo é a medida do movimento, conceito essencialmente cosmológico. O tempo, em Plotino, tem outro conceito e este se identifica com a alma do mundo, negando a existência objetiva dos aspectos físicos.

Agostinho nega o tempo em Aristóteles; Plotino argumenta que não se pode representar o tempo no plano físico e metafísico por ser ele, o tempo, existente no âmbito do homem, na distensão da alma. A explicação do tempo, no livro XI – *Confissões* – deve ser compreendida em Agostinho à luz do contexto de uma confissão

apaixonada, comovente e religiosa para recuperar sua existência enquanto experiência vivida, resgatando-a do tempo na Ciência Terrena, sintetizando-a para um não ser no futuro e caminhar à eternidade, que é o desejo natural dos homens: *“O tempo humano é histórico de distanciamento e retorno, favorecido este pelo desejo intrínseco a todos os seres, especialmente ao homem, através de seu mediador, Jesus Cristo”*.

5. Lacey – a natureza do problema agostiniano

Lacey (1972:46) defende Agostinho afirmando que muitos filósofos entenderam mal a expressão agostiniana (Confissões, 1984:315) com argumentos meramente lingüísticos; uma pressuposição errada para entender o tempo agostiniano. Lacey argumenta:

“Ele queria saber se o tempo é uma característica do mundo físico objetivo ou de um fenômeno subjetivo; se as relações temporais são relações entre eventos físicos ou relações entre eventos íntimos. (...) também desejava saber se para o discurso temporal é necessário referência a entidades especialmente temporais... ou se é explicado em termos de características dos processos físicos... Seus problemas não eram lingüísticos, eram justamente as questões ontológicas...”

O autor demonstra que Agostinho fez uma elaboração coerente a favor de uma “teoria subjetiva do tempo”. Lacey elaborou as principais premissas de Agostinho:

A – Somente o presente existe.

B – O presente não tem extensão temporal.

C – O que não existe não pode ser percebido nem medido.

D – O que medimos quando pretendemos medir o tempo é extensão.

E – Só podemos dizer que o tempo passado e futuro têm extensão.

F – O presente contém memória do passado e expectativa do futuro.

G – O tempo não é movimento de nenhum corpo.

H – A medição do tempo requer a existência de uma forma fundamental de medição na qual sejam feitas medições temporais diretas”.

A partir das premissas, o autor demonstra que faltaram para Agostinho os recursos lingüísticos para desenvolver duas linhas filosóficas: a subjetiva e a objetiva, para relacionar o tempo com a medição.

6. Considerações

Azcona reafirma a concepção de tempo em Agostinho e, com isso, investiga suas origens – a concepção de tempo. Não deixa, porém, de refutar algumas concepções que hoje estão mais claras em relação à época de Agostinho, porque, naquela época, o cristianismo ainda estava florescendo e ele escrevia muito mais para os homens simples, com a finalidade de divulgar a palavra de Deus em uma época em que o paganismo era religião oficial.

Azcona ainda refuta a doutrina cíclica – em detrimento da idéia criacionista cristã. Azcona tira a identidade histórica do homem como fato social e aborda o conceito de tempo em Aristóteles e Plotino para, com isto, levantar os pontos de discordância e constatar o quanto Agostinho avançou na questão de tempo. Além disto: “*afirma que a visão de Agostinho sobre o homem é otimista*”.

Lacey também defende Agostinho, provando, através da lógica, que os pressupostos agostinianos sobre o tempo são coerentes em sua elaboração, sendo as questões de Agostinho de caráter ontológico. Para provar sua posição, o autor elabora oito premissas, aplica-as ao método lógico, de modo a levantar os aspectos positivos e negativos para servir de argumento na defesa de Agostinho.

Diante dos inúmeros “labirintos” por onde se corre à busca das respostas, e na impossibilidade de “desnudar” o tempo, a religião⁵, por intermédio da Bíblia, permite, entre outras leituras, a de que no princípio havia Deus e antes Dele não havia o tempo, e este só co-

meçava a existir a partir da criação do mundo (Gênesis 1:1-30). Tal conclusão provisória ou suposta conclusão pode confortar a ânsia do religioso, contudo causa um desconforto, não satisfaz ao filósofo, ao cientista quando estes se despem de valores e convicções para fazer filosofia e ciência.

Santo Agostinho, diante de tal problema, explicou o tempo fazendo a junção da filosofia com a religião num esforço intelectual, a fim de tornar o cristianismo uma doutrina filosófica, em favor das exigências de sua época.

Muitos autores, ainda hoje, buscam no conceito de tempo em Santo Agostinho uma forma de compreender o homem, o pensamento filosófico cristão, que atingia o seu esplendor histórico no tempo deste pensador.

Notas:

¹ Com esta expressão - ânsia ideológica - refiro-me à procura do conhecimento a partir de um local demarcado, autorizado por alguma instituição social, uma vez que nenhuma atitude é totalmente desprovida de ideologia.

² Os escravos, estrangeiros, prisioneiros de guerra não foram considerados cidadãos e por isto não tiveram os mesmos direitos dos gregos que eram cidadãos. A concepção de ócio era a de que o homem - então cidadão - deveria ser desobrigado de trabalho para se dedicar ao ócio e os seus afazeres deveriam ser executados pelos os escravos, os não-cidadãos.

³ Roger Axtell, *Gestos*, 1994. Síntese de várias partes do livro.

⁴ Leitura de Heidegger citado por Willian Kluback - Universit N. Y., USA, na Revista Razão Moderna.

⁵ Outras religiões também têm suas concepções a respeito do tempo, não sendo exclusiva dos cristãos.

Bibliografia

ASKI, J. F. *O problema do tempo*. São Paulo: Paz e Terra, 1969.

AXTELL, Roger E. *Gestos*. Rio de Janeiro: Campus, 1984.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1991.

GIOVANNI, Reali; DARIO, Antiseri. *História da filosofia – antigüidade e idade média*. São Paulo: Paulinas, 1990.

RODRIGUES, M. L. *Revista do GLAN – grêmio literário de autores novos*, Volta Redonda-RJ, n. 2, 1985.

LACEY, Hugh M. *A linguagem do espaço e do tempo – filosofia*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

OLIVEIRA, Nair de Assis (org.). *Ecoteologia agostiniana*. São Paulo: Paulus, 1995.

RAY, Christopher. *Tempo, espaço e filosofia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1987.

REVISTA Razão Moderna e Sentido, Belo Horizonte-MG: Síntese, v. 21, n. 64, jan./mar. 1994.

RIESCO, Gabriel. *Mestre de nosso tempo – Santo Agostinho*. Bahia: Mensageiros da Fé, 1964.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Paulus, 1984.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino português*. 10. ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1993.

SELVAGGI, Felipe S. J. *Filosofia do mundo – cosmologia filosófica*. São Paulo: Loyola, 1988.

TELE, A. Xavier. *Introdução ao estudo da filosofia*. 10. ed. São Paulo: Ática, 1974.